

PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO PÚBLICO

Curso Híbrido (encontros presenciais com
transmissão ao vivo e encontros virtuais)

*Assista na sala de aula ou em casa de
qualquer parte do país.*

MUITO MAIS QUE UMA PÓS-GRADUAÇÃO

Você conectado com os melhores juristas do Brasil.



Mais de 15 anos de dedicação exclusiva ao ensino jurídico, sendo o maior núcleo de Pós-graduação em Direito da Bahia.



Conceito institucional 5: nota máxima na avaliação do MEC. Estrutura e serviço de excelência aliados a um projeto acadêmico inovador e de alta qualidade.



Selo OAB Recomenda: a Baiana é a faculdade privada de Direito do Norte-Nordeste que mais aprova no Exame da Ordem, além de figurar entre as 6 faculdades privadas que mais aprovam no Brasil.



Aulas ministradas pelos melhores Juristas do Brasil: nosso corpo docente é composto por nomes como Fredie Didier Jr., Nestor Távora, Dirley da Cunha Jr. e outros operadores do Direito que dominam tanto a teoria como a prática jurídica.



Conteúdo atualizado de verdade: levamos a sério a atualização do conteúdo ministrado em sala de aula e realizamos updates semestrais. Na Baiana, você não corre o risco de ter acesso a informações desatualizadas.

Destaque o seu currículo com a **Faculdade Baiana de Direito**, uma instituição essencialmente jurídica com mais de 15 anos de história

DIREITO PÚBLICO

Dos manuais mais vendidos do País
para a sua sala de aula.

A Pós-graduação em Direito Público da Faculdade Baiana de Direito e Gestão terá como grande desafio o enfrentamento científico e crítico dos principais e mais recentes temas do Direito Constitucional, Direito Administrativo e dos Direitos Humanos, com o propósito de qualificar e preparar o aluno a desenvolver suas aptidões no cenário jurídico nacional, seja como jurista-acadêmico, seja como operador do Direito.

Atual e inovadora, a Pós-graduação em Direito Público, a partir de diretrizes constitucionais e debatendo a doutrina e a jurisprudência, possibilita aos participantes a reciclagem e a capacitação para atuação em diversas áreas do Direito.

Com vistas a atender a atuais e crescentes demandas da vida pública, o curso aborda temas alvissareiros, como: ações constitucionais; proteção ao Meio Ambiente e as principais ações; Intervenção Estatal na propriedade privada e desapropriação; dentre outros.

Completo, o curso fornece, ainda, uma justa preparação para aqueles que desejam prestar concursos públicos, em especial para concursos de Juiz, Promotoria, Procuradoria e Defensoria.

LOCAL E HORÁRIO DE MATRÍCULA

As matrículas serão realizadas preferencialmente no site da instituição ou na sede do Stiep (Rua Doutor José Peroba, 123, Stiep, CEP.: 41770-235. Salvador - Ba) de segunda a sexta-feira das 08h às 18h.

HORÁRIO DAS AULAS

As aulas ocorrerão a cada 15 dias sendo sexta-feira no período da noite (18h às 22h15) e sábado no período da manhã (08h30 às 12h45) e tarde (14h às 18h15). Havendo necessidade, os encontros terão intervalo inferior ou superior a 15 dias.

- Eventualmente poderão ocorrer aulas em dias e horários distintos.
- Estão previstas em cada curso aulas de Metodologia da Pesquisa, a serem realizadas em dias diversos aos das aulas de conteúdo jurídico.

LOCAL DAS AULAS

As aulas serão realizadas na sede do Stiep (Rua Doutor José Peroba, 123, Stiep. CEP: 41770-235. Salvador – Ba.) e/ou em outro local indicado pela instituição, bem como no ambiente de aprendizagem da instituição para as aulas na modalidade live learning (remota ao vivo).

DURAÇÃO E CARGA HORÁRIA DO CURSO

O curso terá duração de 12 meses de aula + 6 (seis) meses para elaboração do TCC (trabalho de conclusão de curso) e carga horária de 376 horas, distribuída em aulas, eventos e atividades presenciais, remotas/ online e demais atividades que possibilitem o aprendizado do estudante.

PÚBLICO-ALVO

Esse curso de pós-graduação destina-se aos profissionais das diversas áreas do conhecimento com diploma de Ensino Superior. O foco especial, no entanto, é para advogados, bacharéis em Direito e servidores públicos que possuem o objetivo de expandir seus conhecimentos sobre esse ramo específico da área ou alavancar sua carreira.

METODOLOGIA

A Pós-graduação em Direito Público é planejada para duração de 12 meses de aula + 6 meses para elaboração do TCC (trabalho de conclusão de curso). É um curso modular, no qual cada módulo possui um conteúdo independente, composto por aulas presenciais, remotas/ online e atividades extraclasse.

O curso possui quatro módulos (2 módulos de formação profissional, 1 módulo de disciplinas eletivas e 1 módulo TCC):

Os módulos de formação profissional são divididos em disciplinas e, nesse cenário, o professor possui à sua disposição uma carga horária para construir conhecimento com os alunos, tornando o ensino mais plural e assertivo. Ao final de cada disciplina, como forma de conclusão do conteúdo produzido, é aplicada uma avaliação em consonância com a Resolução CNE/CES N° 01, de 06 de Abril de 2018.

As aulas trazem discussões de questões atuais e polêmicas, sempre com a análise da doutrina, jurisprudência e os informativos mais relevantes dos Tribunais Superiores. Para cada disciplina são escolhidos especialistas que promovem o debate entre os alunos, portanto, os docentes são orientados a utilizar as metodologias com foco no aluno, utilizando diversas ferramentas para que o conhecimento seja desenvolvido a partir da resolução de problemas e discussão de casos, promovendo discussões relevantes e a troca de experiências entre os alunos. Ou seja, os nossos estudantes são incentivados a construir o conhecimento fora dos limites da sala de aula, por meio do estímulo à leitura prévia dos materiais indicados, pesquisa por novas fontes, realização de atividades extraclasse e no ambiente virtual de aprendizagem (AVA), de forma a criar no discente um senso de responsabilidade, pertencimento, identidade, autonomia e pensamento crítico para uma tomada de decisão mais assertiva.

O Módulo de Disciplinas Eletivas apresenta um conteúdo multidisciplinar ao estudante, possibilitando a experimentação de conteúdos nos mais diversos cursos de Pós-Graduação da Instituição, capacitando-o para expandir habilidades e conceitos de diferentes áreas. Não é um módulo complementar ao conteúdo dos módulos de formação profissional, mas de formação em outras especialidades, através da possibilidade de ter acesso a conteúdo das mais diversas áreas do Direito e de Gestão, em modalidades: síncronas (presencial); live learning (aulas transmitidas ao vivo pelo portal Ágata) ou assíncronas (gravadas). **Um dos pilares desse módulo é ampliar a formação profissional**, permitindo que a partir da oferta das disciplinas indicadas o aluno possa **personalizar o seu Módulo** de Disciplinas Eletivas de acordo com as necessidades profissionais e preferências acadêmicas. O Módulo oferece uma oportunidade para expansão do conhecimento, é autoinstrucional e ocorre simultaneamente aos módulos de formação profissional. Não tem avaliação: para aprovação é necessário atingir a frequência/progresso mínimos (75%).

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é obrigatório e o estudante terá 6 meses, a partir do final das aulas do módulo de formação profissional, para realização. É possível escolher entre Monografia, Artigo ou outra modalidade, conforme indicação do coordenador acadêmico do curso. Contará, também, com aulas de metodologia, nas quais será orientado para definição dos temas do TCC e normas para apresentação dos trabalhos e um núcleo de atendimento ao discente que auxiliará no desenvolvimento da pesquisa. A defesa oral do TCC é facultativa.

Para acompanhamento do curso, o estudante terá acesso ao conteúdo das aulas presenciais por meio do ambiente de aprendizagem, onde estarão disponíveis os roteiros de aula, bibliografia, textos, jurisprudências e notícias importantes.

AVALIAÇÕES

A verificação do rendimento escolar será feita mediante:

- I - Frequência;
- II – Avaliação das disciplinas;
- III - TCC (Trabalho de Conclusão de Curso).

De acordo com a legislação educacional vigente, é obrigatória a frequência de, no mínimo, 75% da carga horária do curso, gerando a reprovação automática em caso de descumprimento.

O módulo de formação profissional terá a sua aprovação mediante frequência mínima de 75% da carga horária e média maior-igual a 6,0 nas avaliações. Os módulos são divididos por disciplinas e cada uma delas terá uma avaliação. A avaliação será proposta pelo docente e/ou coordenador do Curso e deve ser apresentada, no prazo estabelecido, no ambiente virtual de aprendizagem ou ser realizada presencialmente. Cada avaliação valerá 10,0 (dez) pontos.

O módulo de disciplinas eletivas é multidisciplinar e autoinstrucional e terá a sua aprovação mediante frequência mínima de 75% da carga horária do módulo.

O Módulo TCC tem duração de seis meses e sua aprovação ocorrerá com média maior-igual a 7,0.

Para ser aprovado no Curso da Pós-Graduação em Direito Público, o aluno precisará ter frequência regular mínima de 75% da carga horária em todos os módulos, média 6,0 (seis) em cada módulo de formação profissional e média 7,0 (sete) no TCC.

MATRÍCULA

Para se matricular, o candidato pode:

I – Preferencialmente, realizar matrícula online através do site da instituição.

- a) Na matrícula online o candidato fará o seu cadastro no site da instituição e será remetido à página de pagamento do curso escolhido.
- b) Após a confirmação de pagamento, o candidato receberá em seu e-mail login e senha do ambiente virtual da instituição para fazer upload imediato dos documentos indicados no inciso II.
- c) Após o upload dos documentos, o candidato receberá em seu e-mail cadastrado o contrato de prestação de serviços educacionais que deverá ser assinado digitalmente no prazo de até 5 dias a contar do seu recebimento.
- d) Os documentos disponibilizados no ambiente virtual da instituição devem ser apresentados em seus originais ao Núcleo de Pós-Graduação, ou enviados pelos correios para o endereço: R. Dr. José Peroba, 123 - Costa Azul, CEP: 41770-235 - Salvador/BA, aos cuidados da Secretaria de Pós-graduação até 30 dias após o início das aulas do curso para o qual se matriculou.
- e) Caso o candidato não consiga fazer o upload dos documentos no ambiente virtual da instituição, deverá apresentá-los ao Núcleo de Pós-Graduação no prazo de até 10 dias corridos após a confirmação do pagamento. Não sendo possível o comparecimento no prazo supramencionado, o candidato terá o prazo máximo de 48 horas para agendar nova data de entrega dos documentos, através do e-mail posgraduacaofbd@faculdadebaianadedireito.com.br.
- f) O candidato que não entregar a documentação e/ou não apresentar a original, terá sua matrícula online cancelada, não havendo reembolso do valor pago a título de primeira parcela.
- g) Nesta modalidade, a matrícula do candidato só estará efetivada após a confirmação de pagamento, assinatura digital do contrato de prestação de serviços educacionais e entrega dos documentos com apresentação dos originais.

II – Excepcionalmente, comparecer ao Núcleo de Pós-Graduação, preencher a ficha de matrícula, assinar o contrato de prestação de serviços educacionais e apresentar os seguintes documentos:

- a) Original ou cópia autenticada do Diploma de Graduação ou Declaração de Conclusão de Curso de graduação, expedida pela Instituição de Ensino de origem;
- b) Original ou cópia autenticada do Histórico da Graduação;
- c) Original ou cópia autenticada da Cédula de Identidade;
- d) Original ou cópia autenticada no Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- e) Original ou cópia autenticada do Comprovante de residência;
- f) Documentação específica exigida no caso de alunos estrangeiros.

COORDENAÇÃO

Dirley da Cunha Jr.



Juiz Federal Titular da 5ª Vara da Seção Judiciária da Bahia. Pós-Doutor pela Universidade de Lisboa (2016). Doutor em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP (2003). Mestre em Direito Econômico pela Universidade Federal da Bahia - UFBA (1998). Já foi Promotor de Justiça na Bahia (1992-1995) e Procurador da República. (1995-1999). Professor da Faculdade Baiana de Direito e da Universidade Federal da Bahia - UFBA. Autor de diversas obras jurídicas.

CORPO DOCENTE

Alexandre da Silva Medeiros Santos (BA)
Ana Carolina Mascarenhas (BA)
Clara Cardoso Machado (SE)
Daniela Carvalho Portugal (BA)
Denise Bittencourt Friedrich (RS)
Dirley da Cunha Júnior (BA)
Durval Carneiro Neto (BA)
Eduardo Sodré (BA)
Felipe Dalenogare Alves (RS)
Gabriel Dias Marques da Cruz (BA)
Geovane Peixoto (BA)
Igor Pinheiro (PE)
Jaime Barreiros Neto (BA)
João Pedro Accioly Teixeira (RJ)
Lázaro Alves Borges (BA)
Leonardo Bas Galupe Lagos (RS)
Marcelo Lablanca (PE)
Matheus Lins (BA)
Raquel Melo Urbano de Carvalho (MG)
Vitor Moreno Soliano Pereira (BA)
Wallace Corbo (RJ)
Walter Claudius Rothenburg (SP)
Yago Nunes (BA)

LÁZARO BORGES
PROFESSOR TUTOR

Doutorando e Mestre em Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Tutor da Faculdade Baiana de Direito. Analista Jurídico do Ministério Público de Pernambuco.



*Corpo docente sujeito a alteração de acordo com a disponibilidade dos professores e conveniência da instituição.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO **DIREITO CONSTITUCIONAL**

O CONSTITUCIONALISMO E A FORMAÇÃO DO ESTADO CONSTITUCIONAL, TEORIA DO PODER CONSTITUINTE E TEORIA DOS PRINCÍPIOS E HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL

- O Constitucionalismo e a formação do Estado Constitucional. Origem e desenvolvimento do Constitucionalismo. Neoconstitucionalismo e a Constitucionalização do Direito.
- Teoria do Poder Constituinte: histórico, conceito, natureza, titularidade, exercício e espécies de Poder Constituinte. o Poder Constituinte Reformador, o processo de reforma e os limites ao Poder de Reforma Constitucional; a Mutação Constitucional.
- Teoria da Norma Constitucional: eficácia e aplicabilidade, os princípios e as regras constitucionais. Hermenêutica e Interpretação constitucional: métodos e princípios.

DIREITOS FUNDAMENTAIS E DIREITOS HUMANOS

- Teoria dos Direitos Fundamentais. Conceito, evolução, classificação, características, dimensão e eficácia dos Direitos Fundamentais.
- Controle de Convencionalidade.
- Os Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988. Os Direitos individuais e coletivos. Os Direitos Sociais. Os Direitos de Nacionalidade e os Direitos Políticos.
- Mandado de Segurança.
- O Mandado de Injunção, o Habeas Data, a Ação Popular e a Ação Civil Pública.
- Habeas Corpus.

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE E CONVENCIONALIDADE

- Teoria Geral do Controle de Constitucionalidade. A Constituição e a Defesa da Supremacia Constitucional. O Controle de Constitucionalidade: Noções Gerais; Antecedentes Históricos e Modelos de Controle. O Controle Difuso de Constitucionalidade. Principais questionamentos.
- Controle Abstrato de Constitucionalidade: ADI Interventiva.
- Controle Abstrato de Constitucionalidade: ADI Genérica.
- Controle Abstrato de Constitucionalidade: Ação Declaratória de Constitucionalidade e Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.
- Controle Abstrato de Constitucionalidade: Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão.

ORGANIZAÇÃO DO ESTADO E DOS PODERES

- A Organização Política do Estado. O Princípio Federativo e o Estado Federal. A matriz norte-americana. O Federalismo Brasileiro e a Repartição de Competências entre as Entidades da Federação.
- Poderes Legislativo e Executivo.
- Poder Judiciário.
- Funções Essenciais à Justiça.

DIREITO ADMINISTRATIVO

REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO, ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, ATOS ADMINISTRATIVOS E SERVIÇOS PÚBLICOS

- O Regime Jurídico Administrativo e os Princípios Constitucionais da Administração Pública. As Relações Jurídico-Administrativas e os Poderes e Deveres da Administração Pública.
- A Organização Administrativa do Estado. A Administração Pública Direta e Indireta. Órgãos e Entidades Administrativas. Autarquias, Fundações públicas, as Agências reguladoras e executivas, as Empresas públicas e os Consórcios públicos.
- As entidades do Terceiro Setor.
- Atos Administrativos. Conceito, atributos, perfeição, validade, eficácia, elementos, classificação e extinção.
- Serviços Públicos. Bens Públicos.

LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

- Licitação.
- Contratos Administrativos.

INTERVENÇÃO ESTATAL NA PROPRIEDADE PRIVADA E SERVIDORES PÚBLICOS

- Intervenção estatal na propriedade privada. Modalidades de intervenção e a desapropriação.
- Servidores Públicos e o Regime jurídico-funcional e previdenciário.

A ORDEM ECONÔMICA NO ESTADO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO E CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- A Ordem Econômica no Estado Constitucional brasileiro: Princípios Gerais da Atividade Econômica e o Estado Empresário e Regulador da Economia.
- Responsabilidade Político-Administrativa dos Agentes Públicos e Improbidade Administrativa. A Lei Anticorrupção. Os Tribunais de Contas e o Controle da Administração Pública.



CALENDÁRIO

O calendário oficial do curso será disponibilizado para os alunos matriculados. Se necessário, o Programa de Pós-Graduação Lato Sensu da Faculdade Baiana de Direito poderá alterar o calendário original do curso.



INVESTIMENTO

Todos os valores podem ser consultados em nosso site.



MAIS INFORMAÇÕES

PósBaiana

Telefone: 71 3205-7711/7715

 71 9 9380-4228

E-mail: posgraduacaofbd@faculdadebaianadedireito.com.br

DESCONTOS

Até
50%

Egressos da Graduação da Faculdade Baiana de Direito e Gestão.

Egressos até 1 ano = 50% de desconto
Egressos entre 1 e 2 anos = 40% de desconto
Egressos há mais de 2 anos = 30% de desconto

Até
50%

Egressos da Pós-graduação e MBA da Faculdade Baiana de Direito e Gestão.

Egressos até 5 anos = 50% de desconto
Egressos entre 6 e 10 anos = 30% de desconto

10%

Conveniados (veja nossos convênios).


Bacharéis com até 02 (dois) anos de formação.

Jovens advogados (até 05 anos de filiação) adimplentes com a OAB.

MATRICULE-SE!

A PÓS-GRADUAÇÃO DA BAIANA É PERFEITA PARA QUEM PENSA DIREITO

 71 3205-7711/7715

 71 9 9380-4228

 posgraduacaofbd@faculdadebaianadedireito.com.br

www.posbaiana.com.br